

LUTA E ABOLIÇÃO: IGUALDADE RACIAL NO AMBIENTE ESCOLAR E A LEI 10.639/03

Amadeu Cardoso Do Nascimento¹
Marcelo Tavares Natividade²

RESUMO

Este artigo é resultado de uma pesquisa realizada no ano de 2016 durante o curso de Especialização em Políticas de Igualdade Racial no Ambiente Escolar (UNIAFRO) pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira. Com o tema “Luta e abolição: igualdade racial no ambiente escolar e a Lei 10.639/03”, tem-se como objetivo compreender as narrativas sobre o negro presente nos livros didáticos de história. Foi analisado sete livros didáticos utilizados nas escolas públicas no município de Itapiúna e Capistrano, Ceará. A questão que norteou essa investigação foi como os autores dos livros didáticos investigados narram sobre os negros ao longo da história da colonização até a abolição da escravidão no Brasil? Ao longo da pesquisa percebemos que algumas narrativas nos livros didáticos sobre a população negra no decorrer da história passam por ressignificações, outras nem tanto. Para a realização do trabalho realizou-se a metodologia em categorias luta e abolição. Como parte das nossas referências bibliográficas utilizamos autores como Branco (2005), Ribeiro (2010), Santos (2012) e Silva (2011). O recorte temporal da pesquisa se delimita entre os anos de 1994, ano que antecede a LDB 9394/96, a 2010, anos posteriores a Lei. Como resultado percebeu-se que as narrativas sobre o negro nas obras mudaram antes e depois da Lei 10.639/03, fortalecendo a Educação das Relações Étnico-Raciais. A construção do livro didático envolve uma grande dimensão de construção histórica e educacional. O tema da cultura afro-brasileira abordada nesse trabalho, não era privilegiada pela historiografia tradicional e pouco apareciam nos livros didáticos.

Palavras-chave: Negro; Livro didático; História; Lei 10.639/03.

Palavras-chave: Negro Livro Didático História Lei 10 639/03 .

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira – Unilab, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA, Discente, amadeumatost@hotmail.com¹
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ, DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, Docente, marcelonatividade@hotmail.com²



INTRODUÇÃO

Essa pesquisa foi desenvolvida no ano de 2016 durante o curso de Especialização em Políticas de Igualdade Racial No Ambiente Escolar (UNIAFRO) pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB. Com base na análise das narrativas do livro didático de história dos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano), que foram utilizados entre os anos de 1994 a 2010 em sala de aula ou como fonte de pesquisa por professores e alunos. Foram selecionados para nossa pesquisa sete (07) livros didáticos das escolas públicas das cidades de Itapiúna e Capistrano, situadas na região do Maciço de Baturité, Ceará.

Nossa pesquisa tem como objetivo fazer uma análise das narrativas sobre a presença do negro nos livros didáticos de História, tendo como foco a História do Brasil do ensino dos anos finais (6º ao 9º ano) de 1994 a 2010, buscando fazer um paralelo com a Lei 10. 639/03, que torna obrigatório o ensino da cultura afro-brasileira nas escolas públicas e privadas. As narrativas perpassa a captura da população negra na África ao processo de abolição da escravidão. Selecionamos as narrativas que consideramos significativas para a nossa pesquisa, foram organizadas metodologicamente em categorias.

METODOLOGIA

Com a temática analisamos sete livros didáticos, sendo assim dois eram referentes ao final do século XX (1994 - 2001) e cinco correspondiam ao início do século XXI (2006 - 2010). Em seguida foram feitas as observações e análises em categorias. O processo metodológico das categorias foi encontrado nos trabalhos de Branco (2005) e de Silva (2011) em que os autores selecionam categorias a serem investigadas em suas pesquisas, metodologia adotado por Bardin (1997). Citado por Branco (2005) em que diz “a análise de conteúdo, nos termos em que compreende Laurence Bardin (1997), foi procedimento adotado para o tratamento dos dados. Dentre as diversas possibilidades definidas”. (BRANCO, 2005, p.57). Em nossa pesquisa optamos pelas categorias luta e abolição, sendo relevantes para alcançar os objetivos aqui propostos.

Escolhemos essas categorias por dois motivos em algumas narrativas é evidente a presença das formas de resistências e lutas do povo negro a escravidão e ao trabalho forçado, lutas essas que culminaram na abolição, e em outras obras a ausência das mesmas. No que tange a categoria abolição inclui as rebeliões, as fugas, a formação de quilombos, as revoltas e os ideais de liberdade dos negros escravizados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O processo de articulação da Lei.639/003 é acompanhada por intensa articulação do Movimento Social Negro, articulando-se a outros movimentos de organizações sociais (operários, das mulheres, professores, etc.). No aspecto educacional, os olhares voltam-se para a tentativa de construir algo novo, rejeitando o que representava ou lembrava o quadro de racismo, preconceito, etnocentrismo e discriminação.



“Portanto, para a compreensão sobre o processo organizativo do Movimento Negro (...), desde o período da escravidão até a contemporaneidade”, (RIBEIRO, 2014, p.1) a Lei.639/003 é o resultado da luta do Movimento Negro. A própria trajetória desse movimento está ligada diretamente com a luta contra a discriminação racial, o racismo, a desigualdade social e estereótipos presentes em nossa social. Assim, torna-se de extrema importância a análise do livro didático que é carregado de sentidos e representações.

A inserção da temática cultura Afro-brasileira, a diversidade da cultura no Brasil e a Lei 10.639/003 é garantida pela Lei e Diretrizes e Bases da Educação, LDB. (MEC, SECADI, 2013) Dessa maneira, algumas discussões elencadas por esses autores citados anteriormente são importantes para nossa pesquisa. Portanto, são essas reflexões teóricas que subsidiam o decorrer do nosso trabalho, que abrindo os caminhos dessa pesquisa uma vez que este processo considerado como cansativo, também é prazeroso. O resultado dessa discussão segue abaixo com a análise das categorias luta e abolição.

Esta pesquisa está dedicada a análise das narrativas sobre as lutas e as formas de resistência do povo negro, e como essas lutas estão representadas nas narrativas do livro didático de História. Sabe-se que essas lutas culminaram na abolição da escravatura em 1888. E nessa tentativa de compreender a resistência histórica negra que esta pesquisa tem uma grande relevância social, pautada na Lei 10.639/003 que torna obrigatória o estudo, ensino e pesquisa da História afro-brasileira, fortalecendo a Educação das Relações Étnico-Raciais. (SANTOS, 2011).

As abordagens feitas pelos autores muitas vezes se assemelham, outras vezes são bem diferentes. Alguns apresentam pouca importância à luta negra, ou pouco abordam as múltiplas formas de resistências. Nessa mesma perspectiva, as lutas negras analisadas nas obras posterior a Lei 10.639 quando se refere a luta negra contra a escravidão encontramos em algumas narrativas a presença forte da resistência da população negra escravizada.

A análise sobre a categoria “Abolição” comparamos como os autores apresentaram o tema e suas narrativas. Assim, ao longo da pesquisa constatamos que alguns autores narram o processo de abolição de forma rápida e sem grandes elementos que constituíram a própria abolição como um processo lento, gradual e grande participação da população negra escravizada e liberta.

No sentido de construção do processo de abolição apresentado por Boulos (2009), o autor apresenta uma narrativa a partir da luta do negro ao longo da história, destacando as diversas formas de resistência como a capoeira, quilombos, as revoltas locais, as conspirações, as religiões, as fugas e desobediências. O autor destaca que a libertação dos escravos é um resultado de ações coletivas dos negros que lutavam e resistiam constantemente ao longo da história. As diversas formas de luta em busca da liberdade é um ponto de importância nas narrativas de Boulos (2009), luta na qual não foi apresentada por autores citados anteriormente.

De acordo com Valente (2005), “foi nesse contexto que os negros, a partir de 13 de maio de 1888, passaram de escravos a homens livres. Passaram a viver uma nova situação: o desemprego, o subemprego e a marginalidade”. (VALENTE, apud, BRANCO, 2005, p. 136). A abolição da escravidão no Brasil não garantiu acesso do negro na sociedade brasileira.

O não projeto político e social para o fim da escravidão apenas garantiu a liberdade da senzala, por que nos anos posteriores os negros continuaram com as piores formas de sobrevivência no Brasil. O não acesso à uma educação, saúde, moradia e saneamento básico de qualidade inviabilizou uma melhoria da vida do “negro”, a luta por seus direitos continuou no século XX e XXI. A falsa ideia da democracia racial existente colocou para debaixo do tapete a discriminação, racismo e preconceito contra o negro, a Lei 10.639/2013 é resultado dessas questões. Como forma de reação a discriminação racial, o movimento negro busca diversas formas de



resistências, e um dos resultados dessa luta é a Lei 10.639/03. (SANTOS, 2011).

Essas lacunas históricas foram importantes para nossa problemática e para podermos perceber as mudanças existentes entre uma produção e outra. Enquanto alguns autores trazem a forte presença do negro em suas discussões privilegiando temas e contextos, outros ocultam, transformam em silêncios.

CONCLUSÕES

A construção do livro didático envolve uma grande dimensão de construção social, histórica e educacional. Influenciando diretamente em seu conteúdo vinculado na sala de aula. O tema da cultura afro-brasileira abordada nesse trabalho, não era privilegiada pela historiografia tradicional e pouco apareciam nos livros didáticos.

A nossa pesquisa possibilitou uma reflexão sobre a Lei 10. 639/03, como um produto de luta histórica acerca da afirmação dos negros na sociedade brasileira. Com quase duas décadas após a construção da Lei 10.639/03, percebe-se que tal temática é pertinente, e recentemente passou a ser estudada, investigando, analisando e repensando o ensino. Porém, o tema sobre as narrativas do negro no livro didático e as suas relações com a Educação Brasileira e significativamente com o ensino de História, apresenta-se marcas do "silêncio". Esta situação nos inquieta e leva-nos a pesquisar, para que possamos perceber esta aproximação. Nosso trabalho deixa um espaço para novas discussões historiográficas. Não encerramos aqui a investigação, mas fortalecemos e demos um passe inicial para uma futura pesquisa, seja com nova metodologia, referências teóricas ou recorte temporal. Contudo, esse trabalho torna-se importante para o fortalecimento da cultura afro-brasileira.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Professor Orientador pela oportunidade de colaborar com esta pesquisa. Programa Associado de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) UNILAB-UFC no Mestrado em Antropologia.

REFERÊNCIAS

BRANCO, Raynette Castello. O negro no livro didático de História do Brasil para o Ensino Fundamental II da rede pública estadual do ensino, no Recife. 2005.

RIBEIRO, Matilde. Políticas de Promoção da Igualdade Racial no Brasil. (1986- 2010) 1ª Edição - Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2014.53 SÁ, Wellington Santana Moraes de. A presença do negro no livro didático de história do ensino fundamental: uma primeira análise. 2010.

SANTOS DE JESUS, Fernando. O negro no livro didático de história do ensino médio e a Lei 10.639/03.



História & Ensino, Londrina, v. 18, n.1, p. 141-171, jan./jun. 2012.

SILVA, Ana Célia da. A representação social do negro no livro didático: o que mudou? Por que mudou? Salvador: EDUFBA, 2011.

Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Ministério da educação, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Brasileira: MEC, SECADI, 2013.

